

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 1 | 2019

*A inserção contemporânea do
México na América Latina: das crises
diplomáticas à Aliança do Pacífico*

Beatriz Walid de Magalhães Naddi

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

A INSERÇÃO CONTEMPORÂNEA DO MÉXICO NA AMÉRICA LATINA: DAS CRISES DIPLOMÁTICAS À ALIANÇA DO PACÍFICO

Beatriz Walid de Magalhães Naddi¹

RESUMO: Este início do século XXI apresentou ao México três grandes desafios: i) a dependência econômica aos EUA, que vem enfrentando um declínio econômico; ii) a ascensão da região Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico; e iii) seu afastamento das principais iniciativas de integração na América Latina na atualidade. Com base nesse cenário, este artigo visa analisar a inserção contemporânea do México na América Latina, tomando como objeto de análise os governos de Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Henrique Peña Nieto (2012-2018). Para isso, são avaliados os parâmetros conceituais da inserção mexicana na América Latina, em seguida as características gerais da política externa dos governos selecionados, para, então, se adentrar na análise da relação desses com a região, dedicando, ao final, uma análise especial à Aliança do Pacífico.

Palavras-chave: América Latina; México; Inserção Regional.

THE CONTEMPORARY INSERTION OF MEXICO IN LATIN AMERICA: FROM DIPLOMATIC CRISIS TO THE PACIFIC ALLIANCE

ABSTRACT: This early XXI century presented three major challenges to Mexico: (i) economic dependence on United States, in parallel with the US economic decline; ii) the Asia-Pacific growth as the largest dynamic center; and iii) its alienation from the main Latin America integration initiatives. Based on this scenario, this article aims to analyze the contemporary insertion of Mexico in Latin America, taking as analysis object the governments of Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) and Henrique Peña Nieto (2012-2018). In order to do so, first the conceptual parameters of the Mexican insertion in Latin America are evaluated. Then, the general foreign policy characteristics of these governments are described. Finally, Mexico-Latin America relation is construed, with a separated analysis of Pacific Alliance

Keywords: Latin America; Mexico; Regional Insertion.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo IRI-USP. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (linha de pesquisa Práticas Políticas e Relações Internacionais) da Universidade de São Paulo com apoio de bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Intercâmbio acadêmico (2012/2) na Universidad de Guadalajara, por meio do Programa de Bolsas Ibero-Americanas Santander Universidades. Email: bwnaddi@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

O século XXI vem apresentando ao México três importantes desafios internacionais e regionais. O primeiro deles é sua dependência político-econômica aos Estados Unidos da América (EUA) – dependência essa institucionalizada na década de 1990 com sua adesão ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês). O segundo desafio é o crescimento da Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico, o que é refletido no México em dois sentidos: i) sua própria posição geoestratégica, banhado tanto pelo oceano Pacífico quanto pelo Atlântico; e ii) o aumento do peso das importações asiáticas – particularmente chinesas – em seu balanço comercial (INEGI, 2018)². Por fim, mas não menos importante, o terceiro desafio foi seu afastamento da América Latina durante a década de 1990.

Frente a esses desafios, a partir dos anos 2000, a América Latina retorna paulatinamente à agenda de política externa dos governos mexicanos, mas agora sob uma perspectiva diferente da levada a cabo até a década de 1990. A desconfiança da aliança México-EUA, a crise do neoliberalismo e a ascensão de governos progressistas exigiram do México uma estratégia diplomática cuidadosa – apesar de nem sempre levada a cabo. É a partir desse cenário que se propõe a análise da inserção regional dos seguintes governos: Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Henrique Peña Nieto (2012-2018), em que é possível constatar uma continuidade do papel instrumental da América Latina para a política externa mexicana, ainda que se diferenciando na forma como a relação diplomática é posta em prática. Além disso, é realizada uma análise particular do papel da Aliança do Pacífico, dedicando uma seção especial ao bloco por lhe compreender como síntese contemporânea da estratégia de inserção regional adotada pelo México, ao se utilizar da afinidade ideológica com determinados países da América do Sul para se inserir na região, mas sem uma estratégia de liderança evidente.

Com base nisso, este artigo desenvolve-se seguindo uma dinâmica de análise consecutiva. Primeiro, são analisados os parâmetros conceituais os quais caracterizam a inserção mexicana na América Latina. Em seguida, são analisadas as características gerais da política externa de cada um dos governos selecionados, verificando o cenário nacional, internacional, e as principais ações. Na seção seguinte, examina-se a inserção desses governos na América Latina, para, por fim, concluir em uma seção dedicada à Aliança do Pacífico.

² As importações asiáticas vêm ganhando espaço paulatinamente frente às norte-americanas, passando de 11% em 1993 para 35% em 2017 (Inegi, 2018).

II. PARÂMETROS CONCEITUAIS DA INSERÇÃO MEXICANA NA AMÉRICA LATINA

Primeiramente, é preciso ressaltar o caráter birregional do México, pois ao tentar classificar o território mexicano dentro de um dos subcontinentes americanos já surgem as primeiras dificuldades. Geograficamente, o México se insere nos livros didáticos como América do Norte, haja vista sua longa fronteira com os EUA – 3.141 km – e o grande racha existente entre o México e a América do Sul, divididos pela diminuta América Central. Por outro lado, ao se elevar o aspecto linguístico-cultural, o México descola-se da América do Norte para se juntar ao grupo latino-americano.

Como afirma Pellicer (2016: 2), *“One of the largest obstacles for an improved Mexican position in international politics or the acquisition of middle power status has been the difficulty of defining the country’s specific regional identity”*, pois *“despite Mexico’s strong links to the United States, the two countries are not political allies; and although it forms part of Latin America, Mexico is not a regional leader”*. Dessa forma, o México se estabelece como um país ponte, cuja base econômica está no Norte, e sua tradição cultural está no Sul. Como afirma Ojeda Gómez (2010: 147), *“Suele decirse que el estómago de México está en América del Norte, pero su corazón en América Latina”*.

Segundo González (2006), apesar da insistência retórica dos distintos governos mexicanos na vocação latino-americana, o México, de fato, só prestou atenção de forma inconstante e segmentada à região. Dessa forma, Pellicer (2016) e González (2006) argumentam que existe uma brecha entre o discurso e a realidade da inserção mexicana na América Latina. Visto isso, o histórico paradoxo entre aproximação simbólica e distância real é explicado, de acordo com González (2006), por meio da identificação de cinco características fundamentais na relação México-América Latina.

A primeira característica apresentada é os EUA serem o ponto de referência básico na formulação e desenvolvimento da política externa mexicana para a América Latina. Segundo Starr (2006: 50), são *“the core characteristics of Mexican foreign policy: legalistic, concentrated on the United States in fact, but rhetorically diversified”*. Dessa forma, Rocha, Loza e Morales (2010) definem a hierarquia das relações regionais do México na seguinte ordem:

1. Norteamérica, geopolítico y geoeconómico,
2. Centroamérica, más geopolítico que geoeconómico,
3. Sudamérica y Caribe, más geopolíticos que geoeconómicos,
4. Europa, más geoeconómico que geopolítico;
5. Ásia-

Pacífico, más geoeconómico que geopolítico; 6. Medio Oriente, solamente geoeconómica (Rocha; Loza; Morales, 2010: 223).

A segunda característica, segundo González (2006), é a variação do nível de atenção do México à América Latina, ao longo do tempo, em função das intervenções estadunidenses (diretas ou indiretas), assim como em função das transformações políticas e econômicas na região. Assim, de acordo com a autora, no triângulo México-EUA-América Latina, o vértice de maior peso é o da relação com os EUA, sendo secundárias as relações México-América Latina. Ou seja, o México exerce historicamente uma atuação defensiva, na medida em que, na grande maioria das vezes em que houve algum tipo de interação com a região, essa foi resultado de alguma instabilidade, seja ela por razões externas ou internas.

Além disso, ainda no que se refere ao nível de atenção do México à região, González (2006) destaca duas distintas áreas de interesse mexicano, em ordem de importância. A primeira delas é a América Central e o Caribe, onde a integração ocorre seguindo um padrão de assimetria, em função da diferença de poder do México para com os demais países da sub-região. Já na segunda, encontram-se os cinco maiores Estados da América do Sul – Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia – com uma interação baseada no princípio do equilíbrio de poder e na relação competição/cooperação.

A terceira característica identificada por González (2006) é a proeminência dos interesses estratégicos, políticos ou ideológicos sobre os econômicos nas relações do México com o continente latino-americano. Segundo o ex-embaixador mexicano Gustavo Iruegas “*La agenda bilateral con Estados Unidos contrasta con la agenda bilateral de México hacia prácticamente todos los países de América Latina*” (Iruegas, 2003: 18). Ao contrário do relacionamento México-EUA, fortemente marcado pelos interesses econômico-comerciais, os laços entre México e América Latina podem ser divididos em dois: a) os interesses ideológico-culturais e políticos e b) o interesse estratégico de contraponto.

Primeiramente, os interesses ideológico-culturais baseiam-se na própria identificação cultural e pela similar subordinação internacional, o que impulsiona aspirações de desenvolvimento econômico e social similares entre as nações latino-americanas. Segundo González e Velázquez Flores (2013: 572) “*Para la diplomacia mexicana la identidad cultural compartida con América Latina ha tenido un significado simbólico especial como base para la proyección de la imagen internacional y la presencia multilateral del país*”.

Como afirma González (2006), manteve-se ao longo de todos os governos o discurso da forte identidade e vocação latino-americana do México. No entanto, os pontos fulcrais desse

discurso estariam, na realidade, muito além de sua identidade linguístico-cultural, atingindo seus interesses políticos. O que de fato impulsionaria, portanto, esse discurso são dois elementos intrinsecamente nacionais: a Revolução Mexicana³ e a posterior “ditadura partidária” do Partido Revolucionário Institucional⁴ (PRI). Assim, os governos mexicanos tinham a necessidade de manter a legitimidade do regime, utilizando para isso a América Latina como uma válvula de escape à pressão interna de grupos de esquerda e/ou latino-americanistas.

O interesse estratégico de contraponto mexicano, por outro lado, se estabelece no sentido de usar a América Latina como um ponto de contenção ou equilíbrio político-estratégico em relação aos EUA. Segundo a tese de Ojeda (1981),

the US recognizes and accepts Mexico's need to dissent from US policy in everything that is fundamental for Mexico, even if it is important but not fundamental for the US. In exchange, Mexico cooperates in everything that is fundamental or merely important for the US, though not for Mexico (Ojeda, 1981: 93).

Complementando, de acordo com Starr (2006), os EUA só “aceitavam” o comportamento mexicano por três motivos:

(1) the recognized importance of an independent, revolutionary foreign policy to the legitimacy of the PRI and hence to political stability in Mexico; (2) the need for political stability on the U.S. frontier during the Cold War; and (3) the predictable limits of Mexican “disloyalty” to the United States. (Starr, 2006: 52)

A quarta característica na relação México-América Latina é a ausência de vontade explícita e sustentável de projeção de poder sobre a região por parte do México, dado seu caráter essencialmente defensivo em relação aos acontecimentos no subcontinente. Ao invés de se buscar a construção de uma zona de influência própria, de projeção de poder econômico, de exportação de um modelo próprio de desenvolvimento ou de promoção de uma visão alternativa

³ A Revolução Mexicana (1910-1917) teve como objeto deflagrador a reeleição fraudulenta de Porfirio Díaz. Díaz governou o México por 39 anos, com diversas eleições forjadas, sendo esse período conhecido como “porfiriato”. Sua política se baseava na facilitação de investimentos externos e na exploração do setor exportador, apoiando, por exemplo, a expansão dos latifúndios. Com base nisso, em 1910 foi deflagrada uma revolta política que se espalhou aos setores populares e camponeses, culminando em uma profunda revolução na sociedade mexicana. Tal processo resultou em dez anos de disputas pelo poder, principalmente, pela pressão dos grupos liderados por Emiliano Zapata (ao sul) e Pancho Villa (ao norte), os quais lutavam por reformas sociais e agrárias. Por fim, em 1917, foi outorgada uma constituição a qual legalizava a reforma agrária e iniciou-se, a partir de então, um processo paulatino de estabilização (Cepik; Jornada; Borba, 2012).

⁴ Baseando-se no furor da Revolução Mexicana, foi criado em 1928, por Plutarco Elías Calles – presidente do México entre 1924 e 1928 –, o Partido Nacional Revolucionário (PNR). A partir deste ano, iniciou a dinastia do partido. Em 1938, frente à ruptura entre Calles e o então presidente Lázaro Cárdenas, realizaram-se mudanças na direção do partido, resultando na troca de seu nome para Partido de la Revolución Mexicana (PRM) e, em 1946, nomeando-se finalmente como PRI. Ou seja, a partir de então, o partido, como seu próprio nome diz, institucionaliza a revolução. Assim, somaram-se um total de 14 presidentes do partido entre dezembro de 1928 e novembro de 2000.

de regras do jogo internacional, o México, na prática, busca usar a região como um contrapeso aos EUA, para conter os efeitos negativos dos problemas e crises ocorridos na região sobre si e para dar legitimidade interna ao governo (González, 2006), como verificado nas características anteriores.

Por fim, González (2006) indica a quinta característica como a preferência mexicana pelo multilateralismo regional limitado, seletivo e jurídico. Dessa forma, o México geralmente não busca o aprofundamento de organizações multilaterais regionais, sendo sua atuação dirigida fundamentalmente pela atividade no âmbito na ONU e por meio de mecanismos de concertação política regional *ad hoc*.

III. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DE FOX, CALDERÓN E PEÑA NIETO: CENÁRIO E PRINCIPAIS AÇÕES

O governo Fox (2000-2006) significou um passo importante para a democracia e política nacional mexicana. Pela primeira vez, após sete décadas de controle político do PRI, outro partido conseguiu chegar à liderança executiva do México, o Partido de Ação Nacional (PAN). Abalado pela crise econômica na década de 1980, pela ruptura com os setores mais à esquerda⁵ e pela mudança do paradigma de desenvolvimento na década de 1990, o PRI perdeu sua legitimidade, enquanto que o PAN crescia com sua plataforma neoliberal pró-NAFTA (Cepik; Jornada; Borba, 2012). Esse cenário relativizou a histórica estratégia mexicana de utilizar-se na boa relação com a América Latina como forma de acalmar as frentes políticas esquerdistas e latino-americanistas no âmbito doméstico.

A vitória de Fox lhe garantiu um “bônus democrático” sem precedente, o qual impulsionou a imagem do México mundo afora, agora como um verdadeiro discípulo do neoliberalismo democrático. A partir disso, propôs-se atuar de maneira incisiva no cenário internacional, partindo de três grandes objetivos: i) a inserção e promoção do México em organismos e temáticas internacionais, os quais o país tradicionalmente evitava – como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e os direitos humanos –; ii) o aprofundamento das relações com os EUA; e iii) a diversificação das relações com a América Latina (González; Velázquez Flores, 2013; Muñoz, 2006).

Segundo Castañeda (2003), então chanceler do governo Fox, o México adotou uma estratégia internacional chamada “bilateralismo multilateral”, em que se buscava a

⁵ Dissidentes da esquerda do PRI fundaram o Partido da Revolução Democrática (PRD).

convergência com diversos países dentro de foros multilaterais. Um dos primeiros fracassos do governo Fox nesse sentido foi a declaração de que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) era obsoleto e resquício da já findada Guerra Fria, dias antes do ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. Mesmo com o ataque, mantendo seu posicionamento, no ano seguinte, o México retirou-se do tratado, esperando ser acompanhado por outros países latino-americanos. No entanto, sua estratégia de bilateralismo multilateral se mostrou fracassada e nenhum outro membro lhe acompanhou⁶.

Ainda no quesito multilateral, ocorreu sua eleição como membro não permanente do CSNU em 2002-2003, mais de 20 anos desde a última vez que ocupou a cadeira⁷. Isso representou uma mudança significativa na tradição da política externa mexicana, na medida em que, segundo Pellicer (2013: 880), existem questionamentos dentro do Estado mexicano sobre os reais benefícios ou a conveniência em participar do CSNU, pois haveria o risco de “enfrentar o vernos subordinados a Estados Unidos”, o que seria um desgaste desnecessário. Essa iniciativa reafirmou, então, a nova postura do governo mexicano, de maior projeção no sistema internacional via multilateralismo.

No entanto, esse talvez tenha sido um dos momentos mais delicados para estar no CSNU, pois o México teve que se posicionar frente à invasão estadunidense ao Iraque em 2003. Esse caso provou ser verdadeira a preocupação histórica da política externa mexicana em fazer parte do Conselho. Frente a essa situação, o governo mexicano “recuou” em sua política de intensificação das relações com os EUA e se opôs a qualquer uso da força, satisfazendo os anseios nacionalistas da opinião pública mexicana. Além disso, de acordo com Manaut (2006), havia o receio de que um apoio aos EUA convertesse também o México em um alvo do terrorismo.

No que tange à promoção dos direitos humanos, o governo mexicano aceitou o estabelecimento de uma Oficina do Alto Comissariado das ONU para os Direitos Humanos (Chabat, 2014), passou a enviar relatórios de direitos humanos à ONU e reconheceu a atuação de organismos não governamentais como o *Human Rights Watch*⁸. Além disso, aderiu à Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA), demonstrando essa nova fase da democracia mexicana com a alternância partidária. No entanto, toda essa nova postura resultou em uma quebra da tradição de política externa mexicana frente a Cuba (e outros países da

⁶ Somente dez anos depois, quatro países se retiraram do TIAR (Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela).

⁷ Até então, o México só havia assumido essa posição duas vezes: em 1946 e em 1980-1981.

⁸ Vale destacar que ao fim de seu mandato, a organização elaborou uma análise crítica sobre os resultados da política de Direitos Humanos durante o período: “*La ambiciosa agenda de Fox en DD.HH. no logró sus objetivos principales*” (Human Rights Watch, 2006).

região) a partir de uma sequência de crises diplomáticas e enfrentamentos diretos, descritos na seção posterior.

No que tange aos EUA, a expectativa era de uma relação bastante fluída, mantendo seu vizinho do Norte como ponto de referência central a sua estratégia de política externa. A confiança e credibilidade política de Fox por seu bônus democrático, juntamente com sua relação próxima ao então presidente estadunidense George W. Bush, basearam a busca do governo mexicano pelo aprofundamento do NAFTA, principalmente sob a temática que lhe era de maior interesse: a imigração. Nesse sentido, propôs-se a criação de um acordo de imigração apelidado de “*la Enchilada Completa*” (Domínguez Guadarrama, 2016). No entanto, a resistência já existente por parte dos EUA tornou-se ainda mais evidente com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A partir de então, a agenda estadunidense focou-se na securitização de tudo o que era (ou parecia ser) uma ameaça à sua segurança nacional, eliminando por completo a hipótese de um acordo migratório com o México e contabilizando mais um fracasso ao governo Fox.

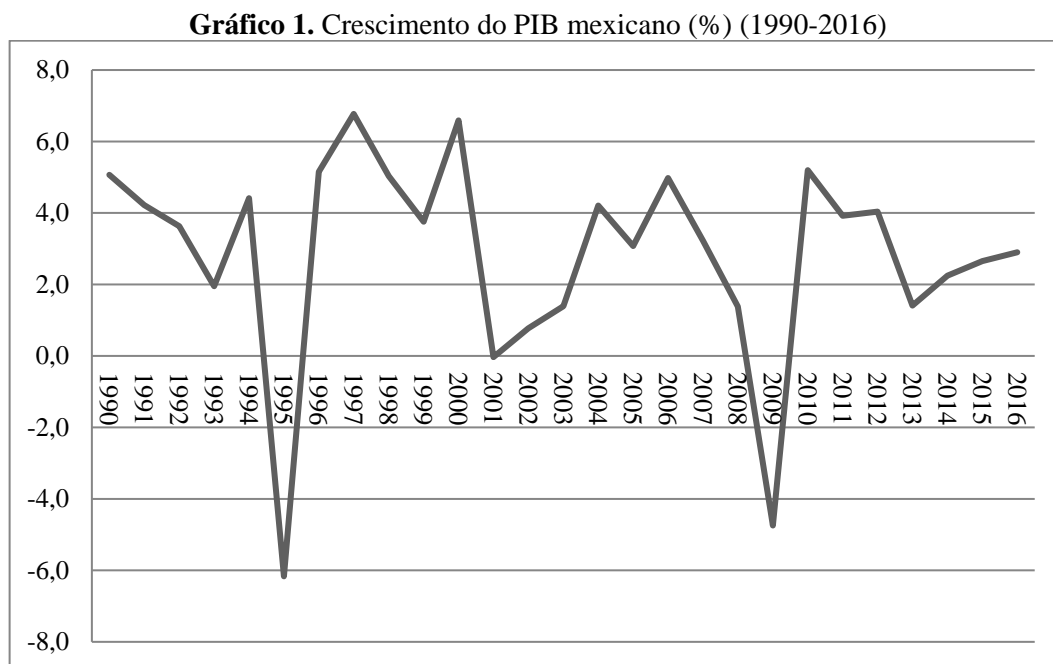
Frente a essa nova agenda da potência mundial, a relação bilateral México-EUA foi redirecionada. O primeiro ato nesse sentido foi o *Plan de Acción de la Asociación Fronteriza* assinado entre México e EUA em 2002, o qual, basicamente, aumentou a segurança e o controle do movimento de pessoas e mercadorias (Estados Unidos da América, 2002). Paralelamente, no âmbito nacional, a violência promovida pelos grupos narcotraficantes intensificou-se, alcançando seu ápice em 2005 (Chabat, 2010). Essa situação doméstica somada à política de securitização promovida pelos EUA resultou na assinatura da Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASPN) no ano de 2005 com o objetivo de atrelar as políticas econômico-comerciais a uma agenda de segurança.

Enfim, todas as grandes agendas do governo Fox não tiveram o sucesso esperado, seja por erro de cálculo político, seja por acontecimentos alheios ao seu controle. Ainda assim, para Velázquez Flores (2002, *apud* Rocha Valencia, 2006), o fato é que, ao fim e ao cabo, não houve grandes mudanças na política exterior de Fox em relação aos seus antecessores Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo, mantendo a política liberalizante e de dependência aos EUA.

Felipe Calderón, também do PAN, foi eleito em meio a uma acusação de fraude eleitoral pelo Partido da Revolução Democrática (PRD) e seu candidato de esquerda López Obrador, que perdeu por uma margem de menos de um ponto percentual. Além disso, o PAN não conseguiu a maioria no Congresso. A disputa estava tão intensa, que Calderón tampouco pôde realizar seu discurso de posse frente ao Congresso mexicano. Sua legitimidade, portanto, foi questionada, e a sociedade mexicana estava polarizada, o que potencializou, novamente, a

pressão da esquerda mexicana, tanto sob aspectos da política nacional quanto da política externa.

No que se refere ao cenário externo, esse não era muito alentador, haja vista que, em dois anos de mandato, estourou a crise financeira de 2008, o que limitou sua margem de manobra por sua dependência ao centro da crise, os EUA. Como se pode notar no gráfico abaixo, o PIB mexicano foi severamente afetado por essa crise financeira (Gráfico 1).



Fonte: Elaborado pela autora com base em CEPALSTAT (2017)

Segundo Velázquez Flores (2010), não houve uma mudança substancial na política exterior de Calderón em relação à de Fox. Seguindo a agenda de atuação multilateral do governo anterior, o México obteve, mais uma vez, um assento não permanente no CSNU entre 2009 e 2010. Para Covarrubias Velasco (2013), isso representa uma continuidade em relação ao governo de Fox de valorização dos foros multilaterais e, principalmente, do posicionamento do México frente a eles.

Além disso, presidiu o Conselho de Direitos Humanos entre 2006-2007, sediou a reunião do G20 em 2012 e a 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 16) em 2010. No caso da promoção e defesa dos direitos humanos, o governo de Calderón continuou a aplicá-las, mas de forma a não comprometer suas relações bilaterais com os demais países, como veremos em seguida no caso do reestabelecimento das relações com Cuba.

Em continuidade à securitização iniciada no governo Fox, a principal agenda de seu governo era o combate ao narcotráfico (Rodríguez Añues; Prado Lallande, 2015). O combate aos narcotraficantes, iniciado por Fox, provocou um desequilíbrio entre os cartéis no país, resultando em profundos conflitos entre eles mesmos, com destaque à disputa entre o cartel de Sinaloa e o Del Golfo (Chabat, 2010). Frente a isso, Calderón e George W. Bush pactuaram em 2007 a Iniciativa Mérida, também conhecida como Plano México, em alusão ao Plano Colômbia⁹. Segundo Covarrubias Velasco (2013), tal iniciativa ainda seguia a lógica tradicional de assistência estadunidense, verticalista, e não uma cooperação mútua.

La Iniciativa Mérida consistió en el otorgamiento inicial de 1400 millones de dólares de Estados Unidos a México para la lucha contra el narcotráfico. Descansaba en tres "pilares": 1) que cada país actuaría en su propio territorio; 2) la cooperación bilateral; y 3) la transferencia de equipo y tecnología estadounidense a México y el entrenamiento de personal mexicano. El presupuesto se dividía en tres grandes rubros: 1) combate al narcotráfico, el terrorismo y la seguridad fronteriza; 2) seguridad pública y aplicación de la ley; 3) construcción institucional y Estado de derecho (Covarrubias Velasco, 2013: 463).

Outra questão central que levanta a autora é que todo esse dinheiro “dado” ao México só poderia ser utilizado para compra de insumos de origem estadunidense. Ou seja, ao final, todo o investimento posto pelos EUA era revertido em sua própria indústria bélica.

Para além dessa temática securitária, a agenda México-EUA não avançou significativamente em outras áreas. Segundo a então chanceler mexicana, a ênfase da relação bilateral seria na questão dos investimentos e turismo, e não mais no tema migratório (El Universal, 2006). A título de ilustração, Calderón não visitou os EUA em seu primeiro ano de mandato, o que era uma tradição. Tal fenômeno pode ser compreendido, contudo, mais do que como um afastamento dos EUA, como um afastamento da imagem negativa do governo W. Bush ao final de seu mandato. Isso se confirma com o aprofundamento das relações bilaterais com a chegada de Barack Obama à presidência estadunidense em 2009, mas ainda com ênfase na pauta de segurança (Velázquez Flores; Domínguez, 2013).

Ainda assim, houve momentos de tensão entre o governo de Calderón e do de Barack Obama. O primeiro deles foi a reclamação de Calderón feita ao Congresso estadunidense sobre a não aprovação de um acordo migratório, em 2010, ou seja, reavivando o tema migratório. Em seguida, o escândalo de espionagem pelas revelações do Wikileaks, em 2011, resultando no

⁹ O Plano Colômbia foi um acordo pactuado entre os governos estadunidense e colombiano de combate ao tráfico de drogas e às guerrilhas, como as FARC. Segundo Chabat (2010: 4-5), “los gobiernos de Estados Unidos y México decidieron llamar a este plan de colaboración como ‘Iniciativa Mérida’ a fin de evitar las comparaciones con el ‘Plan Colombia’ que suponía una presencia militar norteamericana que no contemplaba el Plan México-Estadounidense”.

pedido de retirada do embaixador estadunidense. E, por fim, em 2012, houve o ataque a diplomatas estadunidenses pela polícia federal mexicana¹⁰ (Chabat, 2014; Veja, 2012).

Apesar da continuidade nas linhas mestras da política externa mexicana de Calderón em comparação à de Fox, Velázquez Flores (2010) destaca que houve uma mudança na “forma de atuação”. Nesse sentido, a política exterior de Calderón teria sido menos ideologizada, de menor perfil (a fim de evitar confrontações com outros Estados), e de, por consequência dessas primeiras características, busca por maior aproximação aos governos de esquerda latino-americanos como forma de aumentar sua legitimidade nacionalmente. Desse modo, em consequência da instabilidade política – por sua falta de legitimidade e guerra ao narcotráfico – e econômica – pela crise econômico-financeira de 2008/2009 – a atuação internacional mexicana durante o governo Calderón foi de baixo perfil, focada no controle de tais crises e recuperação de relações políticas com outros países (González; Velázquez Flores, 2013).

Em 2012, o PRI despontou novamente nas eleições para a presidência e elegeu Henrique Peña Nieto (2012-2018). No entanto, apesar da troca de partido, a condução e as políticas de um governo para outro pouco mudaram. Mais uma vez, a política externa estava posta em segundo plano, e, dessa vez, em função do “*Pacto por México*”, um acordo entre os principais partidos e líderes políticos do México para a instauração de reformas estruturais, com o fim de “dinamizar” – liberalizar – o país para promover o crescimento. Entre alguns dos setores alvos das reformas estão: a educação, as telecomunicações e, o mais polêmico, o energético, com o fim de permitir concessões de contratos a empresas privadas.

Um fato inovador na política externa mexicana durante o governo Peña Nieto foi o anúncio da participação do país em operações de paz da ONU, inclusive com a alteração da Constituição Federal mexicana. Até então, a participação do México em operações de paz era negada por todos os presidentes mexicanos, muito em função da Doutrina Carranza¹¹ de não intervenção.

Por fim, congruente com a agenda nacional de aprofundamento da liberalização estatal, a atuação do governo Peña Nieto foi pautada, em grande medida, pela diversificação das relações econômicas, inclusive pela atuação em foros multilaterais e na promoção de acordos regionais com a Ásia-Pacífico – como o TPP – e a América Latina, que será trabalhado abaixo.

¹⁰ Policiais federais mexicanos perseguiram e alvejaram um carro da Embaixada estadunidenses que estava patrulhando uma região no estado de Morelos em busca de criminosos (VEJA, 2012).

¹¹ “*Establecida el 1º de noviembre de 1918 durante la administración de Venustiano Carranza (1917-1920). Sostiene la igualdad entre los Estados y desaprueba toda intervención de los asuntos internos de otra nación así como la equivalencia de derechos de nacionales y extranjeros ante las leyes de un país. Mediante esta doctrina, se fija el principio de la no intervención, a partir de la invasión militar norteamericana a México como respuesta a los ataques de Pancho Villa a Columbus*” (LEVY, 2009: 121).

Como forma de ilustrar comercialmente a evolução e os resultados dos esforços empreendidos pelo México nos últimos anos, analisa-se, abaixo (Tabela 1), a distribuição das exportações e importações mexicanas em relação a todos os continentes.

Tabela 1. Porcentagem das exportações (X) e importações (M) mexicanas por região em relação ao total (1993 – 2017)

	A. do Norte		A. Latina		Europa		Ásia		África		Oceania	
	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M
1993	86%	71%	6%	4%	6%	13%	3%	11%	0,0%	0,2%	0,1%	0,4%
1994	87%	71%	5%	4%	5%	13%	3%	12%	0,0%	0,2%	0,1%	0,4%
1995	86%	76%	6%	3%	5%	10%	3%	11%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
1996	86%	77%	7%	2%	4%	10%	3%	10%	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%
1997	87%	76%	6%	3%	4%	10%	2%	10%	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%
1998	89%	76%	5%	2%	4%	10%	2%	10%	0,1%	0,3%	0,1%	0,3%
1999	90%	76%	4%	2%	4%	10%	2%	11%	0,0%	0,3%	0,1%	0,3%
2000	91%	75%	4%	3%	4%	10%	1%	12%	0,0%	0,3%	0,1%	0,3%
2001	90%	70%	4%	3%	4%	11%	1%	15%	0,1%	0,4%	0,1%	0,4%
2002	90%	66%	4%	4%	4%	11%	2%	19%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%
2003	89%	64%	4%	5%	4%	12%	2%	19%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%
2004	89%	59%	5%	6%	4%	12%	2%	23%	0,1%	0,3%	0,2%	0,4%
2005	88%	56%	5%	6%	4%	13%	2%	24%	0,2%	0,3%	0,2%	0,5%
2006	87%	54%	6%	6%	5%	12%	3%	27%	0,2%	0,3%	0,2%	0,5%
2007	84%	52%	7%	6%	6%	13%	3%	28%	0,2%	0,5%	0,2%	0,5%
2008	83%	52%	8%	5%	6%	14%	3%	28%	0,3%	0,7%	0,3%	0,4%
2009	84%	51%	7%	5%	5%	13%	3%	31%	0,3%	0,4%	0,3%	0,5%
2010	84%	51%	7%	4%	5%	12%	4%	32%	0,2%	0,4%	0,2%	0,4%
2011	82%	52%	8%	4%	6%	12%	4%	31%	0,2%	0,5%	0,3%	0,4%
2012	81%	53%	8%	4%	6%	12%	5%	31%	0,2%	0,4%	0,3%	0,3%
2013	82%	52%	7%	4%	6%	12%	5%	31%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
2014	83%	51%	6%	4%	6%	12%	4%	32%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
2015	84%	50%	6%	3%	5%	12%	4%	34%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
2016	84%	49%	5%	3%	6%	12%	5%	35%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
2017	83%	49%	5%	3%	6%	13%	6%	35%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%
Média	86%	61%	6%	4%	5%	12%	3%	22%	0,1%	0,3%	0,2%	0,3%

Fonte: INEGI (2018)

Ao se analisar a porcentagem da distribuição das exportações mexicanas por região, verifica-se que, entre 1993 e 2016, as exportações destinadas à América do Norte representam, em média, 86% do total, enquanto que a América Latina aparece em um distante segundo lugar, com uma média de 6% (INEGI, 2018). Tais dados confirmam o papel mais geopolítico que comercial da América Latina para o México durante todo o período, em contraponto com a relevância tanto geopolítica quanto geoeconômica que os Estados Unidos têm na estratégia geral da política externa mexicana. Em relação às importações, observa-se que a participação da América do Norte (média de 62%) vem em queda em contraposição à ascendência das importações asiáticas (INEGI, 2018), o que, de acordo com Hernández (2010), reflete o aumento da presença de empresas chinesas em território mexicano, na medida em que esse se tornou, para empresas de todo o mundo, uma plataforma de exportação para os EUA. Ou seja,

a centralidade e a dependência dos EUA são latentes e limitam, em grande medida, o sucesso de qualquer política de diversificação, o que poderá ser confirmado nos dados de investimento externo direto apresentados na seção seguinte.

É nessa conjuntura, a partir deste breve relato do cenário e das principais políticas empreendidas pelos governos Fox, Calderón e Peña Nieto, que se parte para a análise particular da inserção mexicana à América Latina.

IV. A INSERÇÃO REGIONAL DOS GOVERNOS FOX, CALDERÓN E PEÑA NIETO

O governo Fox, para além de ter sido um divisor de água na política interna, também o foi na relação com a América Latina. No início de seu mandato, Fox declarou-se em favor da aproximação do México à América Latina (Muñoz, 2003), chegando inclusive a escolher a região como o primeiro destino de suas visitas presidenciais, mais especificamente, à América Central, o que confirma a presença da América Latina no discurso de todos os presidentes mexicanos. Nesse sentido, antes mesmo de assumir o cargo de presidente, em 30 de novembro de 2000, foi proposto por Fox aos países da América Central a criação de um plano de desenvolvimento abrangendo desde o estado mexicano de Puebla até o Panamá, descrito como um esquema de cooperação para a integração e desenvolvimento da região. Com base nisso, no ano seguinte, durante a Tuxtla V, foi lançado oficialmente o Plan Puebla-Panamá

Segundo González (2005),

A diferencia de los programas de los años ochenta, no era propósito del PPP servir de contrapeso a las políticas de Estados Unidos sino mejorar la imagen de México entre los países de la región y atemperar los serios problemas de seguridad y migración en la frontera sur 9 a través de un mecanismo que facilitara la canalización de recursos internacionales para el desarrollo hacia la región (González, 2005: 9)

No entanto, de acordo com Domínguez Guadarrama (2016: 80), “*el Plan Puebla Panamá no dio buenos resultados, sobre todo por la lucha de intereses económicos entre la elite mexicana y las distintas centroamericanas*”. A grande disparidade de poder entre México e América Central está no centro dessa problemática. O México, com toda a sua economia já liberalizada, mantém uma relação tão assimétrica com a América Central quanto a sua com os EUA.

No entanto, em termos bilaterais, seu governo foi marcado por profundos conflitos com importantes parceiros políticos até então: Cuba e Venezuela. O caso de Cuba foi o mais preocupante, na medida em que historicamente a relação México-Cuba foi utilitária aos

governos mexicanos como contraponto aos EUA e apaziguamento das forças políticas de esquerda internas. Contando com o bônus diplomático, sem a necessidade de se justificar aos grupos esquerdistas e com sua agenda de defesa dos direitos humanos, Fox ignorou por completo sua história diplomática com Cuba. Segundo Ojeda Gómes (2010), o governo de Fox teria deixado de lado o pragmatismo e assumiu uma posição ideológica.

Obviamente México y Cuba no eran los mismos en los años sesenta, los ochenta y a inicios del siglo XXI y el sistema regional tampoco: un México con una economía abierta, socio comercial de Estados Unidos y con un presidente proveniente del partido de oposición, el PAN, y una Cuba socialista sin su aliado soviético, en crisis económica y cerrada en lo político han tenido que redefinir su relación bilateral (Vega, 2011: 23)

A primeira polêmica se deu em sua visita à ilha em 2002, onde, para além de se reunir com o governo de Fidel Castro, também se encontrou com a dissidência cubana. A segunda polêmica foi sua condenação a Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Por fim, a terceira polêmica foi no contexto da Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento promovido pela ONU em 2002, na cidade de Monterrey (México), quando Fox pediu via chamada telefônica a Fidel Castro para que voltasse a Cuba antes que o presidente George W. Bush chegasse ao evento, a grande gafe conhecida como “*come y te vas*”.

Segundo Levy (2009), essa intensa promoção dos direitos humanos a nível internacional estava, em grande medida, condicionada aos interesses estadunidenses, confirmando os Estados Unidos como ponto de referência à política externa mexicana. Nesse sentido, Domínguez Guadarrama (2016) afirma que o governo Fox teria usado a postura dura frente a Cuba como uma moeda de troca na negociação da “*Enchilada Completa*” com os EUA. Além disso, o governo Fox, de acordo com Guajardo Soto (2008), acreditou que o governo cubano não contava com muitos apoios a seu regime; no entanto, o fato é que os conflitos estenderam-se a outros países da região que se declararam a favor de Cuba.

Com a Venezuela o conflito se iniciou logo durante o golpe contra Hugo Chávez em 2002, quando, apesar de Fox condenar e, inclusive, evocar a Carta Democrática Interamericana, também direcionou críticas ao governo venezuelano (Covarrubias Velasco, 2016). Contudo, o ápice da tensão entre os países se deu no contexto das Cúpulas das Américas de negociação da ALCA. Com uma política agressiva de defesa da criação da ALCA, o governo mexicano sob Fox desenvolveu grandes embates, em especial com o então presidente venezuelano Hugo Chávez, quem chamou o presidente mexicano de “*cachorro del imperio*”, resultando na retirada dos embaixadores de ambos os países (Velázquez Flores, 2008). Evidencia-se, portanto, a variação da atenção mexicana à região de acordo com as intervenções ou projetos políticos

estadunidenses à América Latina (neste caso, a proposta da ALCA), na medida em que houve nesse período uma maior atuação político-diplomática do México frente à região.

Além desses dois conflitos bilaterais maiores, outro desconforto foi criado pelo lançamento da candidatura do então secretário de Relações Exteriores mexicano Luís Ernesto Derbez para secretário geral da OEA em 2005. Segundo González e Velázquez Flores (2013), o governo de Fox já havia declarado anteriormente seu apoio ao candidato chileno José Miguel Insulza. Mesmo assim, ao final apresentou seu próprio candidato, gerando uma profunda perda de prestígio frente seus pares latino-americanos.

Como forma de se diferenciar de seu antecessor, Calderón buscou passar a imagem de “*una diplomacia profesional, constructiva, pragmática y discreta*” (González; Velázquez Flores, 2013: 573). A partir do reconhecimento da perda de influência na América Latina, o governo de Calderón desenvolveu uma postura conciliatória com a região como forma de restabelecer as relações com parceiros importantes, como Cuba, e de apaziguar a esquerda nacional que apontava a ilegitimidade de seu governo pela suposta fraude eleitoral.

En el fondo, el nuevo presidente buscaba dar continuidad a la política inaugurada por Fox en materia de promoción de la democracia y los derechos humanos, pero tuvo que darle un distinto matiz para no profundizar la polarización política que vivía el país al principio de su administración. (González; Velázquez Flores, 2013: 574)

Sua postura reconciliatória começou antes mesmo de se tornar presidente. Ainda como presidente eleito, Calderón realizou uma viagem a dez países latino-americanos, sendo eles: Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil. Também antes da posse, frente à cirurgia realizada por Fidel, Calderón enviou ao líder cubano uma carta desejando-lhe rápida recuperação, enquanto que Fox “*ni siquiera realizó un gesto de cordialidad diplomática*” (González; Velázquez Flores, 2013: 586-587).

Já em posse do governo, Calderón propôs a retirada de Cuba do mecanismo de observação especial do Conselho de Direitos Humanos. Além disso,

fue de gran ayuda que el Consejo de Derechos Humanos - sucesor de la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de Naciones Unidas - optara por un sistema en el que no habría resoluciones de condena o de solicitud para que ciertos países aceptaran la observación o el diagnóstico de observadores de derechos humanos o relatores especiales (Covarrubias Velasco, 2013: 468).

Outrossim,

El silencio ante el tema de los Derechos Humanos en Cuba se mantuvo, incluso, en momentos críticos, tal como el ocurrido tras la muerte del disidente cubano Orlando Zapata, o cuando la huelga de hambre de

Guillermo Fariñas. En esas situaciones, el gobierno mexicano no hizo algún tipo de declaración (Rodríguez Añuez; Prado Lallande, 2015: 21)

Dessa forma, a política do governo Calderón, apesar de não negar a defesa dos direitos humanos, buscou não afetar suas relações com Cuba (Covarrubias Velasco, 2013). Além disso, foram desenvolvidas outras ações para reaproximação do governo mexicano a Cuba, como pela normalização das relações financeiras e comerciais frente à dívida cubana, a concessão de novas linhas de crédito à ilha e o acordo de deportação de imigrantes cubanos indocumentados (Covarrubias Velasco, 2013).

Quanto à relação com a Venezuela, esta foi restabelecida em 2007, com a mudança do embaixador mexicano em Caracas. Ainda assim, dois casos foram especialmente perigosos para um ressurgimento de conflito entre México e Venezuela, mas que foram bem administrados por Calderón (Rodríguez Añuez; Prado Lallande, 2015). O primeiro deles foi a tensão crescente entre Colômbia e Venezuela (2008 e 2010), na qual, apesar da maior afinidade político-ideológica do México com a Colômbia, tal tensão levou a apenas pedidos de construção de um diálogo respeitoso entre os países por Calderón. Já o segundo, foi a expropriação de empresas pelo governo venezuelano, atingindo empresas mexicanas, mas que apesar dos pedidos destas, o governo de Calderón não emitiu nenhum tipo de nota ou pressão (González; Velázquez Flores, 2013).

Em ambos os casos (Cuba e Venezuela), portanto, as relações foram restabelecidas com sucesso. Desta forma, a política exterior de Calderón retomou as relações e, ao mesmo tempo, evitou qualquer política ou mesmo pronunciamento que levassem a mais um conflito, o que retomou a importância dos interesses ideológicos-culturais e políticos em sua estratégia de inserção na América Latina. Ainda assim, segundo González e Velázquez Flores (2013: 607), *“fue difícil llevar la relación a niveles de cooperación y entendimiento similares a las que existieron en otros momentos”*.

Além da superação dos conflitos gerados no governo anterior, o governo de Calderón buscou alguns avanços institucionais em sua relação com a região. Ademais da Aliança do Pacífico que é trabalhada na subseção posterior, destacam-se outras duas iniciativas. A primeira delas foi o relançamento do Plan Puebla Panamá em Projeto Mesoamérica em 2008, expandindo o bloco com a adesão da Colômbia. O grande objetivo desse relançamento foi tornar a elaboração, articulação e implantação mais efetivos, por meio do fortalecimento da institucionalidade (Toussaint Ribot, 2014). No entanto, segundo González e Velázquez Flores

(2013: 610), “*el Proyecto Mesoamérica tuvo un final similar al Plan Puebla Panamá: no cuajó debido a la falta de interés y de recursos económicos*”.

Outra iniciativa foi a realização da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe em 2010, quando reuniu todos os líderes da região e propôs a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), aglutinando o Grupo do Rio¹² e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)¹³. Segundo Soriano (2012) e Caballero (2013), o México teria dois interesses em apoiar a CELAC: reiterar sua identidade latino-americana e reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para se contrapor ao regionalismo sul-americano promovido pelo Brasil.

Al proponer un esquema de coordinación que integrara a todos los países latinoamericanos, México reivindicaba su identidad, no sólo como uno de los componentes más importantes de América Latina, sino como el iniciador de una nueva propuesta de integración que cerraba la brecha que se había abierto entre el norte y el sur (Pellicer, 2013: 877).

No entanto, González e Velázquez Flores (2013) e Pellicer (2013) destacam o ônus do desaparecimento do Grupo do Rio, haja vista a importância histórica que tinha o grupo para a inserção político-diplomática do México na região, por ser um acervo de experiência. Para González e Velázquez Flores (2013, p. 575), “después del lanzamiento de la organización, el liderazgo mexicano perdió todo su impulso”. Além disso, Pellicer (2013) destaca o risco de ascensão da ideologia “livre do império”, o que não é interessante para suas relações com os EUA. Por fim, este bloco tem poucas possibilidades práticas, haja vista as divergências em estratégia de desenvolvimento e inserção entre os países da região, mantendo-se como um mecanismo intergovernamental de diálogo e concertação política.

No entanto, González e Velázquez Flores (2013) destacam que, apesar do discurso de aproximação da América Latina

En lo general, la actitud de México fue más reactiva que proactiva, aunque no puede calificarse de pasiva pues el gobierno de Calderón buscó empujar una agenda de acercamiento comercial basada en la negociación de nuevos

¹² O Grupo do Rio (1986) é resultado da junção de duas iniciativas anteriores: o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio a Contadora. O Grupo de Contadora, criado em 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, teve como objetivo promover a pacificação dos conflitos os quais a América Central vinha enfrentando. Em consonância a esta iniciativa, Argentina, Brasil, Peru e Uruguai criaram o Grupo de Apoio a Contadora em 1985. Assim, o Grupo do Rio (1986) se estabeleceu como um centro de articulação das políticas externas dos países latino-americanos.

¹³ Em meio à crise econômico-financeira mundial de 2008/2009, o Brasil convocou neste último ano a Cúpula da América Latina e sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) convocando os 33 países da América Latina e Caribe para sua primeira Cúpula neste mesmo ano na Costa do Sauípe. O resultado deste encontro foi a Declaração de Salvador, a qual “preconizava o alinhamento de posicionamentos em relação à crise financeira e a promoção da cooperação regional nas áreas de energia, infraestrutura, combate regional à fome e à pobreza, manejo sustentável de recursos naturais e desenvolvimento sustentável e proteção dos direitos humanos” (Silva e da Silveira, 2013).

acuerdos de libre comercio y participar, sin ejercer un liderazgo activo, en las negociaciones para otorgar una nueva arquitectura multilateral en la región (González; Velázquez Flores, 2013: 587).

Ou seja, a ausência de vontade explícita e sustentável de liderança sobre a região levantada por González (2006) se confirma. Um exemplo disso foi o caso do golpe de Estado contra o então presidente hondurenho Manuel Zelaya. Ao longo de todo o processo, o Estado mexicano proferiu um discurso duro contra o golpe exigindo a recomposição da normalidade democrática. Inclusive, ultrapassando a área de discurso, Calderón convidou Zelaya a ir ao México, recebendo-o como chefe de Estado. Além disso, retirou seu embaixador de Tegucigalpa e ofereceu-se como mediador. No entanto, houve um esfriamento da atuação mexicana – sem nunca deixar de denunciar, ainda assim, o golpe – após a declaração de Zelaya em solo mexicano a López Obrador “*En estos países es mejor sentirse Presidente que serlo*”, fazendo alusão de que este último seria o presidente de fato do México e não Calderón. Paralelamente, o Brasil aproveitou-se da brecha para liderar o processo de mediação de tal conflito (Rodríguez Añuez; Prado Lallande, 2015).

O retorno do PRI com Peña Nieto ao poder não significou grandes mudanças na política externa mexicana, na medida em que ele continuou com a promoção de um bom relacionamento com a região, dando prosseguimento à política externa desenvolvida por Calderón. No que diz respeito a Cuba, Covarrubias Velasco (2016) afirma que o governo Peña Nieto teria dado continuidade à política de (re)aproximação à ilha. Um exemplo disso seria o relançamento, em 2013, dos acordos de extradição, assistência jurídica mútua em matéria penal, complementação econômica, cooperação turística e reconhecimento/validação mútua de títulos acadêmicos. Também foi firmado um memorando sobre meio ambiente e recursos naturais, uma carta em prol da cooperação bilateral e a ampliação do crédito a Cuba, com o perdão a grande parte da dívida cubana.

Em relação à Venezuela, o governo de Peña Nieto seguiu a mesma política diplomática de boas relações, chegando a oferecer assistência ao funeral de Chávez (Covarrubias Velasco, 2016). Apesar disso, foram recebidas pelo governo mexicano a esposa e mãe do opositor venezuelano preso Leopoldo López, o que foi prontamente criticado pela chanceler venezuelana, acusando o México de estar atendendo às “ordens imperiais” (Covarrubias Velasco, 2016).

Além disso, a não participação do México no restabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba em 2014 certamente demonstrou a distância e falta de liderança regional mexicana, principalmente por ambos países serem tão centrais na história e no presente

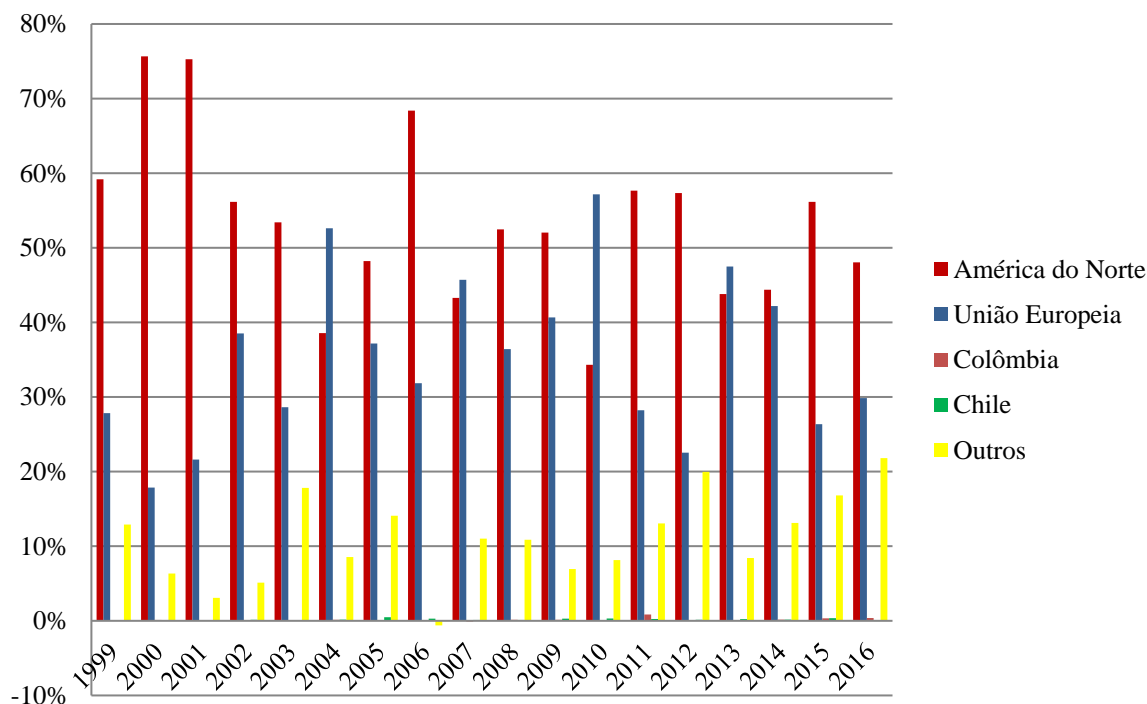
da política externa mexicana. Esse caso é uma fotografia clara da inserção mexicana na América Latina na atualidade: manutenção de um bom relacionamento, fundamentando sua política de “diversificação”, mas sem comprometimento ou ambições maiores de liderança.

IV.1 A Aliança do Pacífico

É neste contexto que o México se apresenta na Aliança do Pacífico. Com base no discutido até então, verifica-se que o século XXI vem apresentando ao México três grandes desafios: i) a dependência econômica aos EUA; ii) o crescimento da região Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico; e iii) seu afastamento das principais iniciativas de integração na América Latina. Desta forma, a presença do México na Aliança do Pacífico pode ser compreendida como uma forma combinada de responder este cenário. Entende-se, portanto, duas linhas mestras da inserção mexicana na Aliança do Pacífico: i) o interesse comercial-empresarial e ii) o interesse geopolítico.

No que diz respeito ao primeiro, Giacalone (2017) destaca a existência de um maior número de encadeamentos produtivos externos do que domésticos na economia mexicana, o que impulsionaria a atração de investimentos externos às empresas mexicanas. Ou seja, sua situação favorável de inserção no maior mercado consumidor do mundo se estabelece como uma vantagem incomparável de atração de investimentos. Com a abertura garantida pela legislação do NAFTA, os investimentos externo diretos (IED's) ganharam grandes proporções no financiamento, particularmente, do setor manufatureiro mexicano. No entanto, como se pode notar no Gráfico 2, os IED's oriundos do NAFTA, com destaque aos EUA, junto com os europeus são centrais, o que confirma os dados comerciais apresentados na Tabela 2. Enquanto isso, Chile e Colômbia são insignificantes¹⁴.

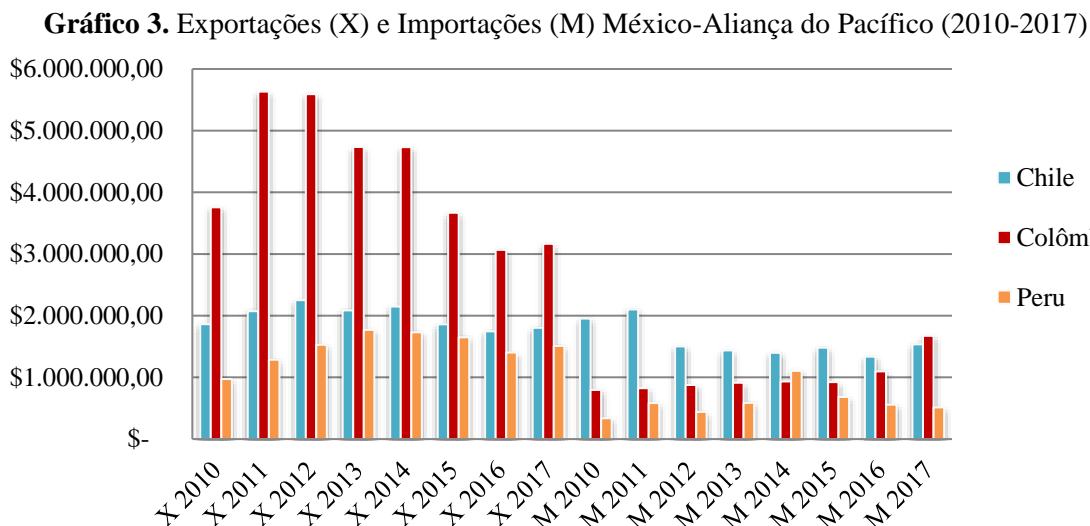
¹⁴ No Banco de Informação Econômica do INEGI, não se apresentam os dados de IEDs individuais em relação ao Peru.

Gráfico 2. Origem dos IEDs direcionados ao México (%) (1999-2016)

Fonte: INEGI (2018)

Continuando na temática comercial, Menezes e Banzatto (2016) apontam que frente à dependência estrutural ao mercado estadunidense e aos abalos da crise de 2008/2009, a estratégia mexicana de se inserir na Aliança do Pacífico pode ser vista como uma busca pela redução de tal dependência e ganho de espaço no mercado latino-americano. Como aponta Giacalone (2017), existe a possibilidade de expandir suas exportações com os parceiros do bloco, na medida em que mantém uma balança comercial superavitária com a Aliança. Além disso, destaca-se a qualidade de troca comercial com os países do bloco, pelo país poder tornar-se um grande provedor de produtos de alto valor agregado, pois os setores chave de sua economia são as manufaturas e o setor automotriz (Morales Fajardo; Sarracino Jiménez, 2013). Ou seja, a superioridade industrial do México trabalharia a seu favor na evolução da balança comercial da Aliança do Pacífico.

No entanto, ao se analisarem as trocas comerciais até então do México frente a seus parceiros de bloco, a baixa intensidade tanto das importações como das exportações chama atenção (Gráfico 3), na medida em que a Aliança do Pacífico representa apenas 1,6% do total das exportações e 0,9% do total das importações no ano de 2017 (INEGI, 2018). Destaca-se, portanto, o papel secundário que os interesses econômicos têm na relação do México com a região.



Fonte: INEGI (2018)

De qualquer forma, a partir da análise dos fluxos bilaterais de comércio do México com os demais países do bloco realizada por Ortiz (2015: 50-52), observaram-se diferenças significativas entre o comércio potencial e o efetivo, o que indica que tanto suas exportações como suas importações poderiam ser beneficiadas, principalmente em relação à Colômbia e Peru, com os quais há um menor grau de integração econômica.

Ainda no interesse comercial, não se pode negligenciar as negociações dos mega-acordos na Ásia, como o *Trans-Pacific Partnership* (TPP). O TPP foi um acordo comercial firmado entre Singapura, Brunei, Nova Zelândia, Chile, Austrália, Peru, Vietnã, Malásia, México, Canadá, Japão e EUA em 2015, liderado por este último, caracterizado como um ambicioso projeto de liberalização e estratégia político-comercial estadunidense de contenção à China. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico também foi fomentada em meio a tais negociações, como uma forma de organização da frente latino-americana na integração pacífico-asiática.

No entanto, cumprindo suas promessas de campanha, o presidente estadunidense Donald Trump retirou os EUA do acordo limitando significativamente o peso do TPP. Frente a este abalo, os demais países revisaram o acordo original, modificando e suspendendo 20 cláusulas, principalmente no que tange à propriedade intelectual (assunto exigido pelos negociadores estadunidenses). Como resultado foi firmado em março de 2018 o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*, chamado de TPP11, o que pode ser visto como uma forma de protesto ao protecionismo do governo estadunidense. Dessa forma, o papel do TPP (ou TPP11) dentro da estratégia da Aliança do Pacífico se vê abalado e reduzido.

Adentrando o aspecto empresarial, um elemento de destaque no organograma do bloco é a presença de um Conselho Empresarial, que reúne um grupo de empresários de cada membro com o objetivo de debater, recomendar e promover avanços na integração econômico-comercial do bloco. A relevância deste Conselho para a Aliança é tamanha que no documento de constituição é reconhecido “*el papel protagónico del sector empresarial privado como el principal actor y operador del proceso de integración y cooperación*” entre seus membros (Aliança do Pacífico, 2012: 1).

Segundo o documento de constituição do Conselho (Aliança Do Pacífico, 2012), seus membros são escolhidos a partir do reconhecimento e da representatividade que determinados empresários têm no setor empresarial de seu país. Desta forma, no que se refere aos representantes mexicanos, têm-se sete nomes de grande peso no setor empresarial: Valentín Díez Morodo (líder do Conselho mexicano), Carlos Slim Domit, Francisco del Valle, Luis Robles, Juan Pablo Castañón, Sergio Contreras e Francisco González.

Díez Morodo foi um dos responsáveis pela expansão da Telefónica, Zara e OHL no México e hoje é membro do Grupo Financeiro Banamex, Zara México, Bodegas Vega Sicilia, Banco Nacional de Comércio Exterior, além de ser proprietário do time de futebol Toluca. Slim Domit é filho do homem mais rico do México e quarto do mundo, Carlos Slim Helú, sendo presidente do conselho da America Movil, Grupo Carso, Grupo Sanborns e Telmex.

Del Valle é presidente da Elementia (materiais de construção), diretor do Grupo Pochteca (produtos químicos), chefe executivo da Controladora Gek SAPI, e diretor da Kalus AS, Mexicana de Servicios para la Vivienda e Banco Inmobiliario Mexicano SA. Robles é presidente do Grupo Financiero BBVA Bancomer e da Associação de Bancos do México. Castañón é presidente e diretor geral das Industrias Vepinsa (biotecnologia), da Campo J y F, da Bienes Raíces Empresariales e da Almacenes El Faro de Los Mochis. Contreras é presidente da seção de Europa do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior e da Latin Capital S.C. (consultoria ítalo-mexicana). Por fim, González já foi embaixador do México na Alemanha e Conselheiro Comercial para a Bancomext e hoje é Diretor Geral da ProMéxico (entidade governamental responsável pela promoção do comércio e do investimento internacional).

A participação empresarial de alto nível no Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico pelo lado mexicano reflete, portanto, a expectativa desse setor no desenvolvimento do bloco. O posicionamento do empresariado mexicano também pode ser verificado em uma pesquisa realizada pela PwC México (2014) com mais de 120 empresários dos quatro membros da Aliança do Pacífico, onde as expectativas dos mexicanos frente ao bloco apresentam-se da seguinte forma: pouco mais de 50% com expectativas altas, 30% com expectativas baixas e

pouco menos de 20% não têm expectativa qualquer. Já referente à pergunta sobre o quão preparada sua empresa está para a Aliança do Pacífico, pouco mais de 20% se diz muito preparada e por volta de 52% se diz moderadamente preparada. Ou seja, percebe-se que o posicionamento do empresariado mexicano ainda é duvidoso, mas seu otimismo pode ser entendido como um reflexo da própria estratégia de inserção regional do México, que por décadas privilegia o livre comércio e a participação deste grupo nas tomadas de decisões do Estado.

Contudo, como afirma Bartesaghi (2014), o interesse mexicano na Aliança do Pacífico vai muito além do que a agenda comercial e financeira promovida pelo bloco, pois seu interesse também se baseia em sua inserção geopolítica e estratégica, com um aumento de influência na América Latina. Segundo González e Velázquez Flores,

En general, para México las consideraciones políticas, geopolíticas y simbólicas han tenido mayor peso que los intereses económicos y materiales, aunque estos últimos han ganado importancia a raíz de la crisis financiera de 2008-2009 con el consecuente estancamiento de sus principales socios comerciales y la necesaria búsqueda de diversificación económica. (González; Velázquez Flores, 2013: 572-573)

Diversos autores convergem ao analisar a inserção mexicana na Aliança do Pacífico como uma tentativa de retomar um papel mais ativo no século XXI, depois de seu afastamento da região durante a década de 1990 (Serrano; Galarreta, 2013; Aranda, 2014; Bartesaghi, 2014; Bilbao; Flores, 2015). Neste ponto são levantadas duas questões. A primeira é a convergência político-econômico-ideológica do México com o Chile, Colômbia e Peru. A partir da virada do século XXI, iniciou-se a onda rosa, com a ascensão de presidentes questionadores das políticas neoliberais da década de 1990. No entanto, essa onda não foi geral.

Nesse sentido, o México, como fiel seguidor da doutrina neoliberal e do livre comércio, encontrou parcerias sul-americanas para sua inserção (Morales Fajardo; Sarracino Jiménez, 2013). Pode-se, inclusive, verificar a relativa perda de peso de relações históricas com Cuba e Venezuela – haja vista o abalo nas relações ocorrido principalmente no governo Fox –, em contraponto com a ascensão de Chile, Colômbia e Peru na agenda de política externa mexicana. Como afirma Giacalone (2017), estabeleceu-se uma compatibilidade de valores e políticas econômicas do México com os demais membros do bloco.

Já a segunda questão é o contrapeso à liderança brasileira na América do Sul. Pastrana (2015) e Giancalone (2017) veem a inserção do México à Aliança do Pacífico como uma resposta à sul-americanização promovida pelo Brasil. Resposta essa que pode ser compreendida não somente partindo do México, mas também por parte dos membros sul-americanos do bloco,

os quais estariam preocupados com a assimetria de poder com o Brasil e, em menor medida, com a Venezuela em seu auge petrolífero. Dessa forma, o bloco desenvolve seu papel geopolítico de balanceamento do poder na integração latino-americana entre duas forças político-econômicas principais: o Brasil e o México.

Villamar (2013) vai além e entende que a Aliança do Pacífico ajudaria ao México converter-se em uma potência emergente. No entanto,

Esta propuesta no representa el liderazgo mexicano porque, como se ha observado, fue una iniciativa peruana y que, hoy en día, también Colombia imprime su sello en la negociación. Sin embargo, la propuesta es acorde a los intereses económico-comerciales que sustenta la política exterior mexicana. Por tanto, este proyecto responde de manera clara a los fundamentos del segundo regionalismo y que defiende la postura mexicana. Inclusive para el propio gobierno de México, la Alianza del Pacífico representa una oportunidad porque es un esquema pragmático y flexible (Morales Fajardo; Almonte, 2012: 128)

Logo, a timidez do México em projetar-se ou, pelo menos, afirmar-se como liderança, coloca em xeque as possibilidades não só da Aliança do Pacífico, mas do próprio Estado mexicano como potência regional para se contrapor ao projeto de liderança brasileiro. Dessa forma, a inserção do México na América Latina se apresenta de maneira débil seja comercialmente seja político-estrategicamente. Ainda assim, a decadência dos governos tidos como progressistas da “onda rosa” – inclusive o Brasil – pode elevar o México e a Aliança do Pacífico como novos polos de poder regional.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de seu caráter bifronte, a relação do Estado mexicano com a América Latina nunca pôde ser negligenciada, apesar de seus altos e baixos. Durante os governos analisados verifica-se tal premissa, haja vista que após as crises diplomáticas ocorridas durante o governo Fox, tanto Calderón quanto Peña Nieto buscaram recuperar as relações com a região. Assim, a mudança de estratégia diplomática de Fox mostrou-se falha e os governos seguintes tiveram que recuar, reorganizar e construir novas relações. Assim, a crise diplomática do governo Fox com Cuba e Venezuela – parceiros tradicionais em décadas anteriores –, além de ser contornada pelos governos Calderón e Peña Nieto, estimulou esses últimos a fomentar novas parcerias, mais convergentes com sua a postura neoliberal democrática pós-1990: Chile, Colômbia e Peru – sendo a Aliança do Pacífico fulcral neste processo. Desta forma, identifica-se que, mesmo com a crise diplomática estabelecida entre o governo Fox e a América Latina, houve uma

continuidade ao longo destes três governos em reconstruir as relações com a região, agora com destaque a novos parceiros estratégicos. Além disso, destaca-se nesse período seu protagonismo na criação da CELAC frente a sul-americanização da integração latino-americana pelo Brasil, o que mais vez demonstra a importância da região dentre seus fronts de atuação. No entanto, seu empenho limitado em colocar-se como liderança regional coloca em xeque seu potencial sobre a América Latina.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA DO PACÍFICO. **Constitución del Consejo Empresarial de la Alianza del Pacífico**. 2012b. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=2153>>. Acesso em: 19 set. 2016.

ARANDA. Nuevas configuraciones económicas en el Asia-Pacífico y sus consecuencias para América Latina desde el APEC a la Alianza del Pacífico. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a09v57n2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BARTESAGHI, Ignacio. El Mercosur y la Alianza del Pacífico más diferencias que coincidências. **Revista Mundo Asia Pacífico**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em:

<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14651.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BILBAO, L.; FLORES, R. México, el MERCOSUR y la Alianza del Pacífico: intereses, identidades y prioridades regionales. **Miríada**, v. 7, n. 11, 2015. Disponível em:

<<http://p3.usal.edu.ar/index.php/miriada/article/viewFile/3452/4348>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CABALLERO, S. Integración en América Latina: Dos lógicas en pugna. **Estudios de Política Exterior**, n. 154, jul./ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.politicaexterior.com/articulos/politica-exterior/integracion-en-america-latina-logicas-en-pugna/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CASTAÑEDA, Jorge G. Discursos: Palabras del secretario de Relaciones Exteriores, Jorge G. Castañeda, en el almuerzo ofrecido por el presidente Vicente Fox al cuerpo diplomático acreditado en México. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 67/68, p. 163-176, fev. 2003. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n67-68/castaneda2.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CEPALSTAT. Tasa de crecimiento del producto interno bruto (PIB) total anual a precios constantes. 2017. Disponível em: <<http://estadisticas.cepal.org/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro. Segurança, política e relações bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CHABAT, Jorge. La Iniciativa Mérida y la relación México-Estado Unidos - En busca de la confianza perdida. **CIDE**, n. 195, p. 1-13, 2010. Disponível em:

<<http://libreriaticide.com/librospdf/DTEI-195.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. La política exterior de México: De Calderón a Peña Nieto. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (editores). **La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe**. San José: FLACSO, 1 ed, p. 27-40, 2014. Disponível em:

<<http://www.flacso.org/sites/default/files/Documentos/libros/secretaria-general/CELAC%20Politica%20Exterior.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

COVARRUBIAS VELASCO, Ana. La política exterior de Calderón: objetivos y acciones.

Foro Internacional, v. 53, n. ¾, p. 455-482, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/23608712>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. El reacomodo de México en una América Latina cambiante de la euforia democrática a la introversión. **Pensamiento Proprio**, v. 21, p. 325-350, jul./dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/02/017-covarrubias.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

DOMÍNGUEZ GUADARRAMA, Ricardo. El cambio de la política exterior de México; entre Estados Unidos y América Latina y el Caribe. In: ROCHA VALENCIA, Alberto;

PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. **El proceso de integración de América Latina en el siglo XXI**: La competencia-cooperación entre México y Brasil con la presencia de Estados Unidos y China. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016, pp. 61-88.

EL UNIVERSAL. “Se hará política exterior de Estado”: Patricia Espinosa. 29 nov. 2006.

Nación. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/145990.html>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Frontera inteligente: Acuerdo de 22 puntos del Plan de Acción de la Asociación Fronteriza entre los Estados Unidos y México - Hoja Informativa.

Casa Branca, 20 mar. 2002. Disponível em:

<<http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/spanish/ti/pas/mx/gen/38661.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GIACALONE, Rita. Aspectos Políticos y Geopolíticos de la Propuesta de Convergencia Alianza del Pacífico-Mercosur. In: MORA, José U. Mora; OSORIO-CABALLERO, María Isabel (org.). **La Alianza del Pacífico**: nuevos retos e implicaciones para Latinoamérica.

Santiago de Cali: Pontificia Universidad Javeriana, 2017, p. 19-30. Disponível em:

- <https://www.javerianacali.edu.co/sites/ujc/files/Publicaciones/libro_la_alianza_del_pacifico_nuevos_retos_e_implicaciones_para_latinoamerica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017
- GONZÁLEZ, Guadalupe González. Las bases internas de la política exterior realidades y retos de la apertura económica y la democracia. **CIDE**, n. 131, p. 1-55, 2005. Disponível em: <<http://dominio1.cide.edu/documents/320058/320502/gonzalezbasesinternasdelapoliticaexterior.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- _____. México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. In: SCHIAVON, Jorge A.; SPENSER, Daniela; VÁSQUEZ, Mariano. **En busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX**. Cidade do México: CIDE/SRE, 2006.
- GONZÁLEZ, Guadalupe; VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. La política exterior de México hacia América Latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): Entre la prudencia política y el pragmatismo económico. **Foro Internacional**, v. 5, n. ¾, p. 572-618, jun./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23608716>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- GUAJARDO SOTO, Guillermo. Viejos puentes y nuevos acervos: Las relaciones de México con América Latina y el Caribe durante el sexenio de Vicente Fox. **Foro Internacional**, v. 48, n. ½, p. 268-296, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27738887>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia. Importancia de Estados Unidos y Canadá en el comercio internacional de México a partir del TLCAN. **Revista Académica del CISAN-UNAM**, n. 2, v. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193719383006>>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- HUMANS RIGHTS WATCH. La ambiciosa agenda de Fox en DD.HH. no logró sus objetivos principales. 16 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.hrw.org/es/news/2006/05/16/la-ambiciosa-agenda-de-fox-en-ddhh-no-logro-sus-objetivos-principales>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- INEGI. Banco de información económica. Cidade do México, 2018. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- IRUEGAS, Gustavo. Las relaciones de México con América Latina y Caribe. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 67-68, 2003. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n67-68/iruegas.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

- LEVY, Carlos. Crisis y retos de la política exterior de México 2006-2012. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas**, v. 51, n. 205, p. 119-141, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/rmcps/v51n205/v51n205a7.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MANAUT, Raúl Benítez. México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación. **Revista Nueva Sociedad**, n. 206, 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- MENEZES, Roberto Goulart; BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. SERBIN, Andres; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; PONT, Andrei Serbin (Coord.). **América Latina y el Caribe frente a la encrucijada actual de la globalización**. Buenos Aires: CRIES, 2016. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/011-menezes-banzatto.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MORALES FAJARDO, María Esther; ALMONTE, Leobardo de Jesús. ¿Un nuevo intento a la integración latinoamericana? México y la Alianza del Pacífico. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 7, n. 14, 111-133, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319405882_Un_nuevo_intento_a_la_integracion_latinamericana_Mexico_y_la_Alianza_del_Pacifico>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MORALES FAJARDO, María Esther; SARRACINO JIMÉNEZ, Noelly Karla. Los incentivos económicos de México en la Alianza del Pacífico. **Revista Trimestral de Análisis de Coyuntura Económica**, v. 6, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://web.uaemex.mx/feconomia/Publicaciones/e602/Ano_6_Num_2_Abril_Junio_2013_4.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MUÑOZ, Alejandro Anaya. **La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox**. Sexenio en perspectivap. 31-36, 2006. Disponível em: <<http://www.uia.mx/web/html/actividades/sexenio/LaPoliticaExterior.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- MUÑOZ, Bibiana Gómez. La política exterior del gobierno de Vicente Fox hacia América Latina. **El Cotidiano**, v. 19, n. 120, p. 37-44, jul./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512005>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- OJEDA GÓMES, Mario. **Alcances y límites de la política exterior de México**. Cidade do México: El Colegio de México, 1981.
- _____. Los países prioritarios para México. **Foro Internacional**, v. L, n. 1, p. 146-156, 2010. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=59921044006>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ORTIZ, Pablo Chaves. **AP: Uma visão do bloco através do modelo gravitacional**. 2015. 62 f. Dissertação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2015.

PASTRANA, Eduardo. **La Alianza del Pacífico: de cara a los proyectos regionales y las transformaciones globales**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_41780-1522-4-30.pdf?150619155636>. Acesso em: 04 nov. 2017.

PELLICER, Olga. Mexico – a Reluctant Middle Power?. **FES Briefing Paper**, p. 2-9, jun. 2016. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/50417.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. México como potencia media en la política multilateral 2006-2012. **Foro Internacional**, v. 53, n. ¾, p. 873-896, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23608727>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

PWC México. La Alianza del Pacífico: Una nueva era para América Latina. 2014. Disponível em: <<https://www.pwc.com/mx/es/publicaciones/archivo/2014-10-alianza-pacifico-baja.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

ROCHA VALENCIA, Alberto. La geopolítica de México en Centro América: ¿una hegemonía regional?. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 308-359, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a12n16.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ROCHA VALENCIA, Alberto; LOZA, Marta; MORALES, Daniel. La integración regional de México (1940-2006): Procesos, sistemas y actores. **Revista del Colegio de Sociólogos del Perú**, v. 2, n. 2, p. 193-252, 2010.

RODRIGUEZ AÑUEZ, Myrna; PRADO LALLANDE, Juan Pablo. La política exterior de México hacia América Latina y el Caribe durante la presidencia de Felipe Calderón (2006-2012). **Miriada**, v. 7, n. 11, p. 11-24, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5365950>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SERRANO; GALARRETA. La Alianza del Pacífico en América Latina Contrapeso regional. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales**, Regionalismo y Desarrollo, v. 8, n. 16, jun-dec. 2013. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14682.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SILVA, André Luis Reis; DA SILVEIRA, Isadora Loreto. Da ALCA à CELAC: O Brasil e os desafios da integração continental. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, p. 65-85, 2013. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/2511/2190>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

STARR, Pamela K. Mexican Foreign Policy. In: RANDALL, Lauda (edit.). **Changing Structure of México**: Political, social and economic prospects. Londres: M. E. Sharpe, 2ª ed., p. 49-57, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4192780>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TOUSSAINT RIBOT, Mónica. México en Centroamérica del activismo de los años ochenta a la nueva agenda del siglo XXI. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, v. 11, n. 1, p. 173-203, jan./jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476947241009>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. Balance General de la Política Exterior de México, 2000-2006. **Foro Internacional**. Distrito Federal de México, v. XLVIII, n. 1-2, p. 81-122, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59916819005>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: golpe de timón?. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 125, p. 121-155, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/rri/article/view/21569/20373>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VEGA, Mercedes (cood.). **Historia de las relaciones internacionales de México**. Cidade do México: Secretaria de Relaciones Exteriores, v. 3, 2011. Disponível em: <https://acervo.sre.gob.mx/images/libros/RI/vol_2_centroamerica.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VEJA. Polícia mexicana atira em diplomatas dos EUA por engano. Da redação, 25 ago. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/policia-mexicana-atira-em-diplomatas-dos-eua-por-engano/#>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

VILLAMAR, Zirahuén. La política exterior mexicana tras el regreso del PRI. **Nueva Sociedad**, n. 247, p. 16-26, set./out. 2013. Disponível em: <nuso.org/media/articles/downloads/3974_1.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

Recebido em: março/2018.

Aprovado em: fevereiro/2019.